



Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO Nº 7.161, DE 1º DE JUNHO DE 2020

Prorroga os prazos previstos no DECRETO Nº 7.156, de 23 de maio de 2020, que “Dispõe sobre a aplicação de medidas excepcionais de funcionamento do comércio, da indústria, dos prestadores de serviços, dos templos religiosos, dentre outras atividades; sobre o uso obrigatório de máscaras pelos cidadãos, no âmbito do Município de Itaúna-MG, em razão da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), e dá outras providências”.

O Prefeito do Município de Itaúna, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 82, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Itaúna, datada 1º de maio de 1990, bem como as disposições da Lei nº 817, de 1º de março de 1967, alterada pela Lei nº 1.776, de 27 de setembro de 1984 e, considerando as últimas deliberações do Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Novo Coronavírus (COVID-19).

DECRETA:

Art. 1º Ficam prorrogados, até 08 de junho de 2020 (segunda-feira), os prazos previstos no DECRETO Nº 7.156, de 23 de maio de 2020, que “Dispõe sobre a aplicação de medidas excepcionais de funcionamento do comércio, da indústria, dos prestadores de serviços, dos templos religiosos, dentre outras atividades; sobre o uso obrigatório de máscaras pelos cidadãos, no âmbito do Município de Itaúna-MG, em razão da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), e dá outras providências”.

Art. 2º Em atendimento à determinação judicial, liminar concedida em Ação Civil Pública, processo nº 5002347-39.2020.8.13.0338, de autoria do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, que tramita na 2ª Vara Cível desta Comarca, até decisão em contrário:

I - fica suspensa a eficácia do inciso VII, do artigo 2º, bem como da expressão “clínica de estética” do inciso XXI, do artigo 3º, ambos do Decreto Municipal nº 7.156/20;

II - fica mantida a eficácia do inciso XIX, do artigo 2º, do Decreto nº 7.156/20, com acréscimo da restrição de que a participação em cultos religiosos seja restringida a um número inferior a 30 pessoas, incluindo-se nesse limite o celebrante e todos os responsáveis pela celebração;

III - os estabelecimentos mencionados no inciso VII, do artigo 2º, do Decreto Municipal nº 7.156/20, deverão retornar ao *status quo* anterior à edição do referido decreto, ou seja, com atendimento exclusivamente na modalidade de retirada e/ou entrega individual de mercadorias no balcão ou exterior dos estabelecimentos e entregas em domicílio (delivery), vedado consumo no local.



Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 3º Revogadas as disposições contrárias, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itaúna-MG, 1º de junho de 2020.

Neider Moreira de Faria
Prefeito do Município de Itaúna

Fernando Meira de Faria
Secretário Municipal de Saúde
Presidente do Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Novo Coronavírus
(COVID-19)

Helimar Parreiras da Silva
Procurador-Geral do Município